



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
Rua das Laranjeiras, 232 - Laranjeiras - 22.240-001 - Rio de Janeiro/RJ
Telefax: (21) 2285-5107 - e-mail: conselhodiretor@ines.org.br

Ata da Quinta Reunião Ordinária do Conselho Diretor do INES

Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, às quatorze horas e vinte minutos, no auditório localizado no segundo andar do edifício sede do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), deu-se início à Quinta Reunião Ordinária do Conselho Diretor do corrente ano. **Conselheiros presentes:** Solange Maria da Rocha (Diretora-Geral e Presidente do Conselho Diretor); Alvanei Viana, Diretor do Departamento de Planejamento e Administração (DEPA); Violeta Porto, Diretora substituta do Departamento de Educação Básica (DEBASI); André Cordeiro, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico (DDHCT); Elizabeth Serra, Diretora do Departamento do Ensino Superior (DESU); Bianca Santos Nunes, representante suplente do corpo discente; Tiago Ribeiro da Silva, representante titular do corpo docente, e Vanessa Alves de Sousa Lesser, representante suplente do corpo docente; Dumenil Eliodoro Modesto Filho, representante titular do corpo técnico-administrativo, e Maria de Fátima dos Santos Furriel, representante suplente do corpo técnico-administrativo; Bianca Carvalho Simões dos Santos, representante titular dos pais/responsáveis dos alunos do CAP/INES. **Conselheiros ausentes:** Alysson Silva de Azevedo, representante titular do corpo discente, com falta justificada ao Conselho Diretor; Camila Oliveira Marinho, representante suplente dos pais/responsáveis dos alunos do CAP/INES, com falta justificada ao Conselho Diretor.

A Presidente inicia a Reunião Ordinária agradecendo, mais uma vez, à Comissão Eleitoral responsável pelo pleito para novos conselheiros, composta pelo tradutor/intérprete Felipe Oliveira Silva, pelos professores Marcelo Silva dos Santos e Ronaldo Gonçalves de Oliveira e pelo estudante Saul Pereira Rodrigues do Rego. Cita a Portaria número seiscentos e cinquenta e dois de quatorze de novembro de dois mil e vinte e três, que homologou o resultado final do pleito que elegeu os novos representantes – titulares e suplentes – e convoca, parabenizando, cada um dos novos conselheiros titulares e suplentes, os quais tomam posse nesta Quinta Reunião Ordinária, assinando o termo de investidura em três vias (uma para registro do Conselho Diretor e as outras para o titular e o suplente). Após a posse dos conselheiros eleitos, passa-se ao ponto de pauta “aprovação do calendário do ano letivo de 2024 do DEBASI (Departamento de Educação Básica)”. O conselheiro Tiago Ribeiro frisa que o calendário já fora debatido e aprovado em reunião de COAPP entre os orientadores pedagógicos. O documento é, pois, aprovado por unanimidade, sem questionamentos.

Em seguida, parte-se para a votação do regulamento da sala de espera. É realçado que o INES apresenta uma situação atípica, pois há, no território escolar, um local de espera para os familiares dos estudantes. A Presidente do Conselho Diretor argumenta que houve desafios e enfrentamentos que impõem a revitalização do regulamento e efetiva cobrança do que nele está pautado. A conselheira Violeta Porto sublinha que houve uma reunião com os responsáveis, em novembro do corrente ano, em que se elucidou que o objetivo da sala é tão-só a manutenção dos estudantes na escola, uma vez que muitos moram distante e são trazidos por seus pais/responsáveis ao Instituto – e que estes careciam de um lugar seguro para permanecer enquanto aguardavam os alunos. Constata que as normas não vinham sendo cumpridas e pondera sobre como é possível lidar com os pais/responsáveis no ambiente escolar, esclarecendo que a sala é uma concessão a eles para que os discentes frequentem as aulas. Pontua que os pais/responsáveis têm normas a seguir, se quiserem permanecer ali, e que é complexo gerir o espaço, sobretudo, quando há outras crianças nela que podem testemunhar eventuais conflitos. Outro desafio, segundo Violeta, é manter os responsáveis na sala, e não circulando pelo INES. A conselheira Bianca Carvalho, representante dos pais/responsáveis, destaca que o episódio de violência ocorrido no local foi lamentável e solicita que haja punição àqueles que infringirem as regras, pois há pessoas sérias que necessitam de fato dessa sala para aguardar estudantes. O

conselheiro Tiago destaca que os alunos do turno da noite, especialmente discentes surdos com outros comprometimentos, têm direito a acompanhante em transporte público, logo, pondera que a sala deve atender também os responsáveis do turno da noite que lá desejarem ficar enquanto aguardam os alunos. Defende também que punições a eventuais infrações não devem atingir todos os pais/responsáveis, mas exclusivamente aqueles que provocam ou são envolvidos em problemas, não devendo haver ambiguidades no documento. A Presidente do Conselho Diretor salienta que todo regimento pode dar margem a casos omissos, não previstos, e que podem ser discutidos para que o documento possa ter atualizações vindouras. A conselheira Violeta repete que a sala objetiva a garantia da frequência dos alunos. Trata com descrição do problema recente que levou ao fechamento provisório e pontual da sala em dado dia. A Presidente do Conselho Diretor menciona o estado de precariedade de várias salas – sem manutenção nem obras ao longo dos últimos anos – e exemplifica que há dificuldade de se encontrar espaço a oferecer para comissões, comitês, equipes, etc. Comenta que a sala de espera não está no local desejável, contudo, não há outro espaço no momento para ela. Talvez, só exista lugar melhor quando se concluírem obras iniciadas ou por iniciar, segundo a Presidente. É importante que haja e se faça cumprir o regimento, de acordo com os conselheiros. A Presidente questiona sobre quem pode interferir em casos de conflitos físicos entre os pais/responsáveis, já que os seguranças do Instituto não têm essa atribuição, tampouco os assistentes de alunos. O regulamento é aprovado, com as devidas atualizações, por unanimidade.

Logo a seguir, é apresentada a proposta da logomarca do INES. Comenta-se que o servidor recém-redistribuído Jonatan Firmino, que é profissional de Relações Públicas, trouxe a ideia de ter uma logomarca. A Presidente realça que estudou a logomarca já existente no uniforme dos estudantes. Conta a História da medalha usada pelos alunos na época do Imperador Pedro II, com um livro aberto e uma pena por cima. Destaca a bandeira do Instituto: um livro aberto e uma pena por baixo. Trata da necessidade de se ter uma logomarca histórica. A que atualmente existe, que tem as cores da bandeira do Brasil, é dos anos noventa e se consolidou, mas não tem densidade histórica. Sugere a necessidade de uma recuperação da ideia inicial do Instituto. Maria Clara, profissional designer do DDHCT, elucida como elaborou a logo proposta como recuperação histórica daquela original do INES. Sublinha cada detalhe da logomarca e demonstra, em slides, como utilizou traços simples e leves, tons sóbrios de cores. Enfatiza que o foco é reforçar o caráter histórico do centenário Instituto e que a logomarca deve aproximar-se da medalha, utilizando como ícones o livro (sabedoria) e a pena (historicidade). Acrescentam-se aros, fazendo alusão à medalha, e o sinal do INES, como representatividade da língua de sinais brasileira e da comunidade surda. É citada como exemplo a logomarca do Colégio Pedro II. Em seguida, Maria Clara mostra diferentes aplicações da logomarca em uniformes escolares, por exemplo. A conselheira Elizabeth destaca a importância de ter uma unidade na logo do Instituto e que, abaixo, pode haver o nome dos departamentos, uniformizando. Defende que a logomarca apresentada contempla a perspectiva histórica e a tecnologia atual. O conselheiro Tiago realça que o coletivo docente é o que ele expressa, não a própria opinião, e propõe que a logomarca seja mais discutida na comunidade do INES. A Presidente lembra que, hoje, não é votação, mas apresentação da logomarca ao Conselho Diretor. Frisa que a pesquisa foi feita com responsabilidade. O conselheiro André sublinha que, mesmo internamente, há uma pulverização de várias logomarcas até mesmo em ofícios. Fala da necessidade de se criar um papel de carta para isso futuramente e um manual para ser disponibilizado junto com ela. A Presidente do Conselho Diretor elucida que, mesmo para usar a logomarca do MEC ou do Governo Federal, há regras já divulgadas aos diretores dos departamentos, não se podendo sair utilizando logomarcas de modo aleatório.

O penúltimo ponto de pauta, apreciação do edital de bolsas de iniciação científica para alunos da Educação Básica, é realçado pela Direção do DDHCT. O conselheiro André comenta que a Divisão de Estudos e Pesquisas (DIESP), chefiada pela professora Erika Winagraski, deu andamento a esse edital, que já existia, mas necessitava ser aperfeiçoado, em moldes institucionais. Ressalta a parceria interdepartamental para gerir esse projeto. A conselheira Violeta afirma que o DEBASI se sente contemplado com o edital. O conselheiro Alvanei destaca que o DEPA se entusiasma com esse passo de atender os estudantes da Educação Básica com bolsas, seguindo todo o rito para que seja viabilizado. O conselheiro Tiago observa o artigo 4º: ex-alunos como voluntários. A conselheira

Elizabeth fala de uma política para egressos, não os nomeando como ex-alunos. O egresso pode ser pesquisador voluntário. O conselheiro Tiago solicita que a bolsa possa durar por três anos, contemplando, por exemplo, um estudante da primeira série do ensino médio que se dedica a aproximar-se cientificamente da pesquisa.

O último ponto de pauta, aprovação das Normas de Funcionamento da CPAC (Comissão Permanente de Acompanhamento da Capacitação), é sublinhado. Quatro membros estão presentes – David, Giselly, Leonardo e Ronaldo – e são chamados a falar. Ronaldo, representante do DEBASI na Comissão, destaca a modificação na configuração da CPAC. Leonardo, representante do DEPA, é elogiado publicamente por estar desde o início na Comissão e por ter ficado sozinho por tanto tempo com o hercúleo trabalho de cuidar da capacitação de todos os servidores. Ele destaca que envolve muitas instâncias a CPAC e que gerir o trabalho, de fato, é complexo. Refazer a Portaria, segundo ele, é um próximo passo. David, representante do DEBASI na Comissão, realça a confecção, desde que a nova CPAC foi designada, de um Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), de um adendo ao edital número três de quatorze de fevereiro deste ano que contemplasse novos pedidos de afastamento e das Normas de Funcionamento da Comissão, seguindo-se um passo a passo lógico de composição e planejamento da Comissão. As Normas são aprovadas por unanimidade.

Sem mais considerações, a reunião se encerra às quinze horas e trinta e cinco minutos do dia treze de dezembro de dois mil e vinte e três. Para constar, eu, Giselly dos Santos Peregrino, Secretária do Conselho Diretor, designada pela portaria número cento e doze de oito de fevereiro de dois mil e vinte e três, lavrei a presente ata que, depois de lida e submetida à aprovação, será por mim subscrita e por quem de direito assinada.

Secretária do Conselho Diretor do INES: _____

Presidente do Conselho Diretor e Diretora-Geral do INES: _____

Direção do DEBASI: _____

Direção do DEPA: _____

Direção do DDHCT: _____

Direção do DESU: _____

Representação do corpo discente: _____

Representação do corpo docente: _____

Representação do corpo técnico-administrativo: _____

Representação dos pais/responsáveis de alunos: _____

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2023.